Da Sustentabilidade ao Antropoceno? Uma narrativa sobre a natureza nos estudos organizacionais

Autores:

Amanda Zilli (UNOPAR) - amanda_zilli@hotmail.com

Professora

Josiane Rowiechi (UEL) – josirowi@gmail.com

Mestranda em Administração

Juliana Camargo de Aguiar (UEL) – jucamargoaguiar@hotmail.com

Mestranda em Administração

Resumo

A natureza assim como outros elementos do ambiente externo é considerada em especial pelas organizações empresariais, como recurso para o processo produtivo. Este modo de pensar o homem separado da natureza contribui para a chamada crise ecológica que assola o planeta Terra. As mudanças significativas causadas pelo homem na geologia da Terra despertou a atenção de pesquisadores, em especial das ciências naturais e físicas para o alerta de uma nova era geológica, o Antropoceno. Nesse sentido, as organizações pressionadas pelas diferentes instituições encontram meios para inserir a temática no ambiente organizacional, em resposta geralmente aos impactos gerados pela atividade produtiva, portanto, observa-se a narrativa da natureza nas organizações apoiadas aos conceitos de: responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. Este artigo, portanto, tem por objetivo analisar as diferentes narrativas empregadas nos estudos organizacionais a respeito da natureza, bem como, ilustrar por meio de um estudo de caso, um modelo de organização alternativa, com características da Permacultura.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Antropoceno, Permacultura.

1. Introdução

As organizações, de modo geral, estão inseridas em um contexto histórico, cultural, social, econômico, político e tecnológico, bastante complexos que em diferentes momentos podem apresentar oportunidades ou ameaças à sua sobrevivência. De acordo com Meyer e Rowan (1977) as estruturas formais nas organizações, são reflexos das instituições construídas na sociedade, tais instituições determinam estruturas e modelos de comportamentos que em geral as tornam isomórficas; como requisitos para sua existência.

As Instituições conforme Berger e Luckman (1967 *apud* BARLEY e TORBELT, 1997, p. 94) são "modelos socialmente construídos para a ação, gerados e mantidos através de interações contínuas. Nessa perspectiva, os atores criam instituições por meio de uma história de negociações que levam a "tipificações compartilhadas" ou expectativas generalizadas e interpretações de comportamento." Para os autores, as instituições são construídas socialmente, a partir de consensos coletivos, a respeito da existência e realidade dos objetos e fenômenos.

Nesse sentido, muitas variáveis, influenciam no comportamento das organizações, entre elas, o objeto de análise deste artigo, o meio ambiente natural, que têm se encontrado nos debates de diferentes instituições sociais: governos, política, movimentos sociais, consumidores, agências midiáticas, entre outras. Talvez pelo motivo citado por Costa (2014), ao apresentar a preocupação do cientista Hansen que não se contenta em mostrar apenas dados objetivos sobre o que "*tudo indica, é a maior ameaça já sofrida pela civilização atual – e que, por isso mesmo, vem sendo tratada por muitos como uma crise, ou catástrofe, ecológica: cada vez mais vemos especialistas engajados na disseminação de conhecimento sobre o risco que o aquecimento global representa para a espécie humana e para outras formas de vida sobre a Terra*" (COSTA, 2012, p.10).

A esse respeito, Artaxo (2014) apresenta que o planeta Terra, tem cerca de 4,5 bilhões de anos, e que este evoluiu por meio das forças geológicas. As mudanças foram lentas nos primeiros 3 bilhões de anos, mas a presença da espécie humana, a apenas 200 mil anos, provocou estragos significativos em um curto período de tempo se comparado a idade do planeta. A última era geológica do planeta é definida como Holoceno, porém, a partir da década de 80 pesquisadores como Eugene F. Stoermer começaram a usar o termo Antropoceno, que na etimologia grega significa *Antropo*: humano, e *ceno*: novo. No entanto, o termo se popularizou com o químico Paul Cruzten. A primeira publicação aconteceu no ano 2000, em um artigo de Stoermer e Cruzten.

O Antropoceno é, portanto, definido como a época em que as ações da humanidade promoveram e estão promovendo sérias implicações no planeta, em nível global. Sobre o início do Antropoceno, há ainda muitos debates, visto que alguns pesquisadores apontam para início do século XIX, com advento da Revolução industrial, desenvolvimento da maquina a vapor, motores a combustão interna e o uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás); o que levou ao aumento da concentração atmosférica de: dióxido de carbono (CO_2); de metano (CH_4); óxido nitroso (N_2O), ozônio (O_3) e outros gases do efeito estufa; além de mudanças no solo, é concentração de partículas de aerossóis atmosféricos que afetam o balanço de radiação terrestre (ARTAXO, 2014).

Alguns pesquisadores defendem que o início do Antropoceno se dá com o avanço da agricultura, outros, com o processo de colonização das Américas pelos europeus, Davis e Todd (2017) citam a América do Norte (Canadá) quando colonizados por europeus, por volta de 1610, período que inicia-se a exploração dos povos indígenas e de seu habitat por meio de força, poder e extrema violência, os autores ilustram que povos nativos foram

dizimados, plantas e animais retirados de seu ecossistema e levados para outro continente, modificando portanto, a formação natural do espaço geográfico.

Dessa maneira Davis e Todd (2017) iniciam a discussão de que para além das questões geográficas e geológicas o Antropoceno é um debate político e social; ao definir a responsabilidade à "humanidade" de modo generalizado, exclui-se a responsabilidade da exploração sem limites empreendida por uma parcela da "humanidade", que de certa maneira é detentora de algum poder para execução de destruição em massa do meio ambiente natural.

Em sentido mais crítico à definição apenas geológica do termo, surge os trabalhos de Jason Moore, este por sua vez, defende que para além da exploração humano e não humano há a "apropriação" do capitalismo sobre o trabalho humano, a natureza, a energia e o cuidado, o que o autor denominou como quatro coisas baratas, necessárias para o funcionamento do capitalismo. Moore (2017) aponta, portanto, que o capital apropria-se da natureza barata; e que este ambiente a "teia da vida", está além do "controle" humano pois encontra-se em uma teia construída pela sociedade em natureza ou capitalismo em natureza, e não pelo entendimento dual de natureza e sociedade.

Contudo, o presente artigo tem por objetivo, analisar as narrativas sobre o meio ambiente natural inseridas nas organizações empresariais, visto que tais organizações são pressionadas pelas instituições sociais, mas também através de suas atitudes e políticas estratégicas de negócio exercem importante influência e poder no meio externo. E as consequências ambientais geradas por suas atividades, têm volume e força significativamente maiores quando comparadas a indivíduos isoladamente. Para tanto, este estudo está estruturado da seguinte maneira: a) a natureza nas organizações sob a ótica da sustentabilidade; b) o Antropoceno no ambiente organizacional; e c) um estudo de caso sobre organizações alternativas.

2. Da Responsabilidade Social Coorporativa a Sustentabilidade nas organizações

A responsabilidade social corporativa conforme Dahlsrud (2006) apresenta uma variedade de definições. O autor apresentou em: *How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions* de 2006, uma análise de 37 definições diferentes, encontradas em artigos, periódicos e páginas da web. Cita-se que o volume de definições de certa maneira recebe críticas ao identificar que algumas são elaboradas com intuito de privilegiar interesses particulares de determinado grupo ou organização, inibindo o desenvolvimento do conceito como meio de execução prática (VAN MARREWIJK, 2003 *apud* DAHLSRUD 2006).

Cinco dimensões originou-se da análise de Dahlsrud (2006): a) dimensão ambiental natural; b) dimensão social; c) dimensão econômica; d) dimensão das partes interessadas; e) dimensão da voluntariedade. Contudo, seu estudo identificou-se que a dimensão meio ambiente natural é a menos citadas nas definições.

Archie B. Carroll também realizou em (1999) uma análise histórica da construção do conceito de responsabilidade social corporativa, contudo, Carroll (1999) denominou responsabilidade social empresarial.

O autor revela que o termo Responsabilidade social corporativa originou-se na década de 1950, e estabeleceu como marco a obra de Howard R. Bowen (1953 apud CARROLL, 1999) através da publicação do seu livro *Social Responsibilities of the Business man.* Portanto a análise de Carroll se dá nos períodos entre a década de 1950 a 1990.

Observa-se no estudo realizado por Carroll (1999) que as tentativas de definição do conceito de responsabilidade social corporativa, desenvolveu-se especialmente entre as décadas de 1960 a 1980, e que na década de 1990, houve mais aplicações de estudos empíricos, na tentativa de comprovação do conceito.

O que chama atenção, no entanto, é que até a década de 1970, no estudo apresentado por Carroll (1999), não se identificava a variável meio ambiente natural, para referir-se a natureza e as questões ecológicas: como poluição, uso consciente de recursos naturais, preservação ambiental, etc... As definições estavam exclusivamente relacionadas a responsabilidade no sentido social: corporações e sociedade; corporações e indivíduos. E a preocupação era a definição sobre em que sentido as organizações são responsáveis pelas questões sociais.

Na década 1960 a responsabilidade social corporativa foi definida como a função de monitoramento das atividades econômicas com a finalidade de atender as expectativas do público, ou seja, *"que os meios de produção da economia devem ser utilizados de modo a que a produção e a distribuição aumentem o bem-estar socioeconómico total"* (FREDERICK, 1960, p. 60 *apud* CARROLL, 1999. p.271).

Na década de 1970 a responsabilidade social corporativa deveria segundo um dos conceitos apresentados, ir além dos objetivos econômicos financeiros, *"[...] o sistema empresarial... só pode sobreviver numa sociedade livre que funcione eficazmente, o movimento de responsabilidade social das empresas representa uma grande preocupação com o papel das empresas no apoio e na melhoria dessa ordem social"* (EELLS & WALTON, 1974, p. 247 *apud* CARROLL, 1999. p. 278)

Contudo, na década de 1980, observa-se que o conceito ainda está de certa maneira "vazio", pois não contempla quem representa a sociedade para a organização e de que forma estaria sendo responsável com essa "tal sociedade", pois defendia-se ainda, em especial por parte de alguns economistas, entre eles Friedman (1963 *apud* CARROLL, 1999) que a responsabilidade social das organizações empresariais era exclusivamente com relação aos seus acionistas, ou seja, que esta precisava apresentar resultados econômicos positivos, que por sua vez, já estariam sendo responsável com a sociedade por gerar emprego, renda, e consequentemente desenvolvimento econômico e social.

Em respostas a dúvida que o conceito ainda representava, na década de 1980 definiu-se que: "*Em primeiro lugar, a obrigação deve ser adotada voluntariamente; o comportamento influído pelas forças coercivas da lei ou do contrato sindical não é voluntário. Em segundo lugar, a obrigação é ampla, estendendo-se além do dever tradicional dos acionistas a outros grupos sociais, como clientes, funcionários, fornecedores e comunidades vizinhas*" (JONES, 1980, p. 59-60 apud CARROLL, 1999, p.284).

Observa-se que neste período já estão incluídas no conceito de responsabilidade social corporativa, as dimensões econômicas, sociais, dimensão das partes interessadas (*stakeholders*), e dimensão da voluntariedade (DAHLSRUD, 2006), faltando, portanto a dimensão ambiental.

Entre 1972 a 1983, eventos organizados pela ONU, aconteceram, onde originaram-se os documentos como: o Relatório de Meadows e o Relatório de Brundtland, que defini o termo desenvolvimento sustentável, possivelmente na tentativa de operacionalizar a ideia de sustentabilidade, segundo o relatório, desenvolvimento sustentável é *"aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades"* (CMMAD, 1991, p. 46).

Além do Relatório de Brundtland, diversas outras conferências globais foram promovidas pela ONU (Organização das Nações Unidas); estes eventos influenciaram um posicionamento das organizações empresariais a respeito do meio ambiente natural, visto que as organizações industriais são mencionadas como um dos principais agentes que

contribuem para a degradação da natureza, por meio da utilização excessiva e exploratória dos denominados recursos naturais.

Portanto, no âmbito empresarial, é acrescentado à ideia de responsabilidade social o conceito de sustentabilidade empresarial, que conforme Florea; Cheung e Herndon, (2013) as organizações empresariais que o implementam procuram contribuir para o desenvolvimento sustentável, que no âmbito empresarial está especialmente relacionado ao "*triple bottom line*", a busca pelo equilíbrio das questões econômicas, sociais e ambientais.

E é nesse sentido, que alguns pesquisadores mencionam que a ideia de equilíbrio entre questões econômicas, sociais e ambientais, são contraditórias, e em observação ao sistema econômico predominantemente capitalista, há uma tendência a priorização das questões econômicas em relação às sociais e ambientais, entre os críticos cita-se Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012, p. 578, 579) ao mencionar a sustentabilidade, afirmam que o sistema de produção capitalista objetiva aumentar a riqueza e prosperidade, sem o aumento da degradação ambiental e injustiça social.

Nesse sentido, Banerjee (2008, p.25) apontam que *"muitas grandes corporações transnacionais desenvolveram políticas de responsabilidade ambiental e social em resposta à crítica mais ampla da industrialização que emergiu nas décadas de 1960 e 1970."* Ou seja, as organizações empresariais, adotam a sustentabilidade, apenas por pressões do ambiente externo, no que se refere a opiniões públicas a respeito da imagem organizacional e em resposta ao aumento das legislações ambientais. O que resultou *"na necessidade de as empresas "venderem o ambientalismo", para serem percebidas como verdes"* (BANERJEE 2001b; NEWTON E HARTE 1997 *apud* BANERJEE 2008, p.25).

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que cada grupo, organização ou indivíduo, realizam um tipo de interpretação a cerca dos significados de desenvolvimento sustentável e entendem a sustentabilidade de diferentes maneiras, o próprio Relatório de Brundtland, reconhece e incentiva esta significação adaptada as "realidades" de cada localidade, porém acredita-se ingenuamente que haverá um consenso, entre as diferentes realidades no que se refere as "necessidades" e as noções de limitações planetárias. (CMMAD, 1991).

Contudo Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) discordam do CMMAD na ideia de "consenso" entre as diferentes interpretações, e revelam neste sentido o conceito apresenta-se como um modelo racional e absoluto, mas com pouca sustentação por acreditar aplicar-se a qualquer momento e situação com a sensação de lógica espacial e temporal estática e imutável. "*Para as organizações ou intelectuais que se apropriam das concepções de sustentabilidade, o que importa é encaixá-las dentro dos contextos e dos discursos que atendam aos seus interesses pragmáticos*" (VIZEU, MENEGHETTI E SEIFERT 2012, p. 580).

Nesse sentido, uma nova proposta de discussão a respeito do meio ambiente natural está se sendo apresentada através do conceito de Antropoceno o qual se apresenta as narrativas na sequencia abaixo.

3. As narrativas do Antropoceno no ambiente organizacional

O planeta terra tem cerca de 4,5 bilhões de anos e desenvolveu-se por meio das forças geológicas, contudo, as mudanças foram lentas nos três primeiros bilhões de anos, porém, a presença da espécie humana, a apenas 200 mil anos, provocou "estragos" significativos, em um curto período de tempo se comparado com a idade do planeta. Especialmente o século XX houve um crescimento populacional muito acelerado, chegando hoje aos aproximadamente 7,5 bilhões de pessoas, as atividades produtivas, para atender as necessidades desse volume de indivíduos, tem provocado mudanças significativas no

funcionamento do sistema terrestre. Vale dizer que a espécie humana, é apenas um tipo em meio a 10 a 14 milhões de espécies (ARTAXO, 2014; LEWIS e MASLIN, 2018).

Diferentes estudos identificam a série de mudanças que aconteceram e ainda estão acontecendo, são passíveis de identificação por meio de diferentes técnicas de análises, entre elas, a estratigrafia, um estudo das camadas de rochas, a longo de um período, pode por meio da fossilização, revelar as mudanças ocorridas no planeta, foi por meio desta técnica que foram elaboradas as chamadas eras geológicas (LEWIS e MASLIN, 2018).

Portanto estamos oficialmente a aproximadamente 12.000 na era geológica denominada Holoceno, no entanto, no inicio do ano 2000 o químico Paul Cruzten, vencedor do Prêmio Nobel de química de 1995 e o professor de biologia da Universidade de Michigan Eugene Stoermer, apresentaram em uma artigo para o Programa Internacional da Geosfera-Biosfera, onde apontavam para uma nova era geológica denominada, Antropoceno, sendo originadas das palavras gregas "*antropos*" que significa humano e "*ceno*" que significa novo, ou seja, uma nova era geológica da humanidade.

O termo refere-se, portanto, que as mudanças geológicas nos últimos anos têm acontecido especialmente por intermédio da humanidade. Entre estas mudanças, Crutzen (2002) aponta que por meio das análises realizadas no gelo polar, foi possível identificar através do ar aprisionado a incidência de crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. As consequências sofridas em especial na atmosfera e no clima da Terra acontecem em função do uso inconsciente dos elementos naturais do planeta (ARTAXO, 2014). O autor relaciona o uso deliberado de recursos ao processo de agricultura e mais adiante a Revolução industrial, com destaque especial ao desenvolvimento da máquina a vapor, motores a combustão interna o uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás). Artaxo, 2014, p. 17 apresenta e explica resumidamente os nove limites planetários: "*1) Mudanças climáticas; 2) Perda de ozônio estratosférico; 3) Acidificação dos oceanos; 4) Ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; 5) Mudanças na integridade da biosfera associadas à perda de biodiversidade; 6) Mudanças no uso do solo; 7) Uso de recursos hídricos; 8) Carga de partículas de aerossóis na atmosfera; 9) Introdução de entidades novas e poluição química."* O autor afirma que dois destes limites, já foram atingidos, outros dois com mudanças no clima e mudanças no solo, estão muito próximos e atingir os limites e os demais faltam estudos mais complexos para identificação, visto ainda, que a definição de limites estão intimamente relacionadas, visto que estes parâmetros planetários são integrados e alterações em cada um deles, ocasiona efeitos aos demais.

Observa-se que o conceito está bastante amparado, no que diz respeito aos critérios geológicos para indicação de que o planeta terra está em uma nova era, contudo, agora o debate se estendeu para além das ciências naturais, ampliando-se para as ciências sociais, em especial ao que se refere a data de inicio do Antropoceno; Lewis e Maslin (2018, p.12 tradução nossa) apresentam:

> [...] logo abaixo da superfície deste nome científico de estranha sonoridade, o Antropoceno, é uma mistura inebriante de ciência, política, filosofia e religião ligada a nossos medos mais profundos e visões utópicas de que a humanidade, e o planeta em que vivemos, pode se tornar e qual a relevância de tal determinação?

De acordo com Lewis e Maslin (2018) a história que se decidi contar em termos políticos, sociais, filosóficos ou religiosos importa nas decisões que serão tomadas, torna-se necessário a investigação dos fatores que levaram a Terra às condições que se encontra, pois a exemplo da liberação do dióxido de carbono e do uso de combustíveis fosseis, já ameaça o planeta com relação ao clima que permaneceu relativamente estável nos últimos 10.000 anos. Se o aumento da temperatura se concretizar conforme as previsões, "*afetará mais a saúde das pessoas, a segurança e a prosperidade*" (Lewis e Maslin, 2018, p.12).

A respeito da discussão sobre o Antropoceno nas ciências sociais, refere-se especialmente ao seu início e que "*humanidades*" seriam responsáveis pelas mudanças. De maneira crítica Malm (2014) apresenta que pesquisadores apontam como uma das origens mais remotas a consideração de que este originou-se quando nossos ancestrais hominídeos aprenderam a controlar o fogo. *"A combustão de combustíveis fósseis é resultado do fato de que muito antes da era industrial, uma determinada espécie primata aprendeu a aproveitar as reservas de energia armazenadas em carbono detrito"* (RAUPACH e CANADELL, 2010, p. 210, 211 *apud* MALM, 2014, p. 2 – tradução nossa).

No entanto, Malm (2014) afirma o controle do fogo pelos ancestrais refere-se a uma condição natural da evolução humana, e por sua vez, injusta a comparação com a exploração dos combustíveis fosseis, por meio da máquina a vapor. Cita como exemplo a Grã-Bretanha no século XIX, ao identificar que a exploração dos combustíveis fosseis foram utilizados com intuito de acumulação de capital, e o controle do fogo como uma questão de sobrevivência:

> A razão para investir na tecnologia a vapor nessa época era voltada para as oportunidades oferecidas pela constelação de um mundo novo totalmente despovoado, a escravidão afro-americana, a exploração da mão-de-obra britânica em fábricas e minas e a demanda global por tecidos de algodão baratos. Os engenheiros a vapor não foram adotados por alguns representantes naturais da espécie humana: pela natureza da ordem social das coisas, eles só podiam ser instalados pelos proprietários dos meios de produção (MALM, 2014, p.2-3 – tradução nossa).

Nesse sentido, Davis e Todd (2017) apontam que o Antropoceno deveriam ser datado como inicio no período da colonização, as autoras, ilustram sua defesa, por meio da descrição dos fatos da colonização do Canadá. Relatam que o meio ambiente natural começou a ser fortemente degradado quando colonizadores invadiam novas terras e retiravam dela muitos tipos de espécies de animais e plantas, alterando as condições naturais influenciando no aumento do dióxido de carbono. Além, do aspecto social, de inúmeras comunidades indígenas que foram dizimadas por meio da violência e brutalidade por parte de colonizadores que desejavam além da exploração da terra escravizar os indígenas.

Sob a análise destas duas referências Malm (2014); Davis e Todd (2017), observa-se há realmente, um debate social e politico, em que se observa que talvez não estaria correto determinar que a humanidade é responsável pelo Antropoceno, mas sim algumas "*humanidades*" e o que se buscam no entanto, é identificar que "*humanidade*" é essa?

Malm (2014) aponta que uma parte significativa da humanidade não é parte da economia fóssil: centenas de milhões dependem de carvão vegetal, lenha ou resíduos orgânicos, como estrume para todos os fins domésticos. Satterthwaite concluiu que *"um sexto da população humana "não deve ser incluído nas alocações de responsabilidade pelas emissões de GEE (gazes do efeito estufa)" (Satterthwaite, 2009: 547-550). Sua contribuição está próxima de zero"* (MALM, 2014, p.4 – tradução nossa).

A importância e teor do debate nas ciências sociais, chamou a atenção dos estudos organizacionais a respeito do Antropoceno, por conta da relevância do tema e suas implicações de ordem prática para as organizações. Para tanto, destaque-se neste ensaio, Heikkurinen (*et. al*, 2016, p. 714 – tradução nossa) ao afirmar que os estudos organizacionais:

> [...] tendem a reproduzir a tradição filosófica antropocêntrica e antirrealista da ciência, à medida que a experiência humana é favorecida às custas do mundo não humano. A ausência de uma perspectiva ecológica sobre a organização da atividade humana parece conduzir ao aprofundamento do Antropoceno com conseqüências desagradáveis não apenas para a espécie humana, mas também para o ecossistema como um todo.

Para Heikkurinen (*et. al*, 2016) os estudos geológicos já justificaram e legitimaram a importância de indivíduos e organizações, adotarem medidas de proteção ao meio ambiente natural. Cita obras como Primavera Silenciosa de Rachel Carson (1962) e Crítica da Economia Politica de Marx (1992), para ilustrar que o modelo de desenvolvimento adotado pela humanidade, têm os distanciado ainda mais da natureza. Que os homens acreditam ser superiores a natureza e lhe faltam a percepção de que natureza e humanidade são partes integrantes de um mesmo ecossistema, ou seja, são interdependentes e, portanto, a degradação e destruição de uma das partes influenciam diretamente no ecossistema como um todo.

Contudo, Heikkurinen (*et. al*, 2016), apresenta um modelo de organização ecocêntrica, onde os teóricos neste caso, consideram todas as organizações humanas respeitosamente subordinadas ao ecossistema planetário.

Wright (*et.al*, 2018) também mencionou a importância do debate sobre o Antropoceno nas ciências sociais, ao afirmar que tudo existe dentro de sistemas sócio-ecológicos interconectados, e estes têm por necessidade uma "estreita cooperação" entre ciência social e ciência física. No entanto, as ciências sociais tem uma visão critica sobre o Antropoceno, apontando que "*nem todos os humanos são responsáveis pelo dano ambiental que foi causado, mas que muitos humanos e não-humanos já foram sacrificados ao longo do caminho, incluindo muitas pessoas cujas vidas demonstraram que a degradação humana da natureza não é uma inevitabilidade natural*" (DI CHIRO, 2016; HAMILTON *et al*., 2015; MALM e HORNBORG, 2014 *apud* WRIGHT *et al* 2018 – tradução nossa).

Wright (*et al*, 2018) fez relevante contribuição, ao classificar as diferentes compreensões, enquadramentos e narrativas sobre o antropoceno no que se refere aos aspectos econômicos, tecnológicos, politico e cultural. Organizando as diferentes narrativas em cinco dimensões:

> 1) Organização Econômica: *Business as usual*: esta narrativa, considerada por Wright (*et al*, 2018), muito predominante, pois é a comumente adotada, por grandes corporações em nível global e apesar de debaterem em seus escritórios a temática referente as questões ambientais, adotam políticas de responsabilidade socioambiental para preservação da imagem organizacional com projetos que mitigam os impactos produzidos, com intuito de transferir as instituições sociais a segurança ontológica de que estão contribuindo para o bem estar social, no entanto, os níveis de poluição e degradação continuam elevados, e em geral a preocupação dos que adotam esta narrativa está relacionado exclusivamente ao desenvolvimento econômico com foco no capital. Wright (et al, 2018), aponta que " *Em vez de recuar do abismo de mudanças climáticas perigosas, as elites políticas e empresariais têm, nas últimas duas décadas, dobrado a aposta no combustível fóssil, talvez mais evidente nas decisões do presidente americano Trump de acabar com as proteções ambientais, rejeitar a diplomacia climática e abrir o continente norte-americano para expandir a extração de combustíveis fósseis*" (TOLLEFSON, 2017 *apud* WRIGHT, *et al*, 2018, p. 460) tradução nossa).
>
> 2) Organização Tecnológica: Neste caso, seus defensores acreditam que novas tecnologias irão minimizar os impactos ambientais gerados pela exploração ambiental, para esse grupo é possível conciliar a acumulação proposta pelo capitalismo com preservação do meio ambiente, isso por meio, de geoengenharia, engenharia genética, entre outras formas de tecnologia. Nesse grupo as organizações empresariais percebem a preservação ambiental como um fator de lucratividade, é o cenário de ambientalismo corporativo, por meio de economia de energia, água, etc...
>
> 3) Organização de Resistência: Mobilização climática e Justiça Social: ao contrário das narrativas anteriores que promovem a continuação das

relações econômicas, está visão desafia as anteriores, no que se refere a utilização de recursos naturais para acumulação de capital. Representados por ONGS, ativistas, atividades de base,, comunidades locais, indígenas,etc.. estes movimentos de mobilização em defesa do meio ambiente natural, prega o fim das emissões de carbono, e o fazem por meio de manifestações políticas e protestos. " Este enfoque na interseção da justiça climática e ambiental destaca a realidade de que os pobres e economicamente marginalizados em todo o mundo não são apenas os mais vulneráveis na era do Antropoceno, mas também os menos responsáveis por contribuir para isso" Wright (*et al*, 2018, p.462). Este movimento também critica os sistemas legais que não protegem a natureza, "seguindo o argumento de Stone (1974 *apud* WRIGHT, *et al*, 2018, p.462) para dar os direitos de personalidade à natureza, existe um movimento internacional pelos direitos da natureza com o objetivo de proteger o mundo natural através de meios legais."

4) Organizações Alternativas: Novas formas de organização social: nesta narrativa são exemplos: produção de alimentos regenerativos, economias comunitárias alternativas, cooperativas de alimentos, economia circular e permacultura. São movimentos comunitários, com foco nas questões ambientais e também justiça social, que buscam além de uma nova relação com a natureza por meio de utilização consciente dos recursos, substituição dos combustíveis fosseis, não promove a acumulação de capital, e busca a inclusão social das minorias por meio de trabalhos cooperativos (WRIGHT, *et al*, 2018). "*Isso se estende a uma visão mais ampla para a transformação das relações sociais e econômicas como evidente na formação de grupos como a Climate Justice Alliance (QUINN-THIBODEAU e WU, 2016 apud WRIGHT, et al, 2018, p. 464), que destacou a necessidade de cooperação entre preocupações políticas tradicionalmente separadas como energia, moradia, transporte e mitigação da pobreza"*.

5) Organização na cultura: O antropoceno e a imaginação, nesta narrativa descreve a importância dos diferentes tipos de arte, que em uma linguagem mais acessível e comovente, contribuem para o alerta do antropoceno para a população de modo geral, a exemplo, as artes visuais, campanhas publicitárias; filmes, e literatura. As artes ao apresentarem o Antropoceno também enfatizam o aspecto político e chama a atenção para um posicionamento crítico ao que se refere a degradação do meio ambiente.

Observa-se que as reações ao antropoceno acontecem de diferentes maneiras, algumas narrativas são céticas e acreditam que a natureza se regenera e que recursos naturais serão infinitos, outros creem nas ameaças, mas defendem que a tecnologia será a salvação; alguns se mobilizam por meio de protestos políticos; outros buscam formas alternativas de organização sustentáveis e por fim a cultura e arte contribuem para a conscientização.

Contudo, vale ressaltar o posicionamento Moore (2016) que defende um aprofundamento histórico no que se refere ao dualismo Sociedade e Natureza, o autor afirma que deve-se ir além da chamada Aritmética Verde. Moore (2016, p. 2) refere-se que tal dualismo:

> Humanidade (ou Sociedade) e Natureza, ou mesmo Capitalismo mais Natureza, [...] são parte do problema - eles são fundamentais para o pensamento que trouxe a biosfera à sua atual transição para um mundo menos habitável. Ainda não se percebeu que as categorias "Sociedade" e "Natureza" - Sociedade sem natureza, Natureza sem humanos - são parte do problema, intelectual e politicamente. Não menos do que os binários do eurocentrismo, do racismo e do sexismo, a Natureza/Sociedade está diretamente implicada na colossal violência, desigualdade e opressão do mundo moderno. (tradução nossa)

Moore (2015, p. 2) enfatiza que: *"O capitalismo não é um sistema econômico; não é um sistema social; é uma maneira de organizar a natureza."* E esta "*organização*" da natureza refere-se ao fato de que o capital se apropria da natureza como um recurso externo e barato que pode ser quantificado, codificado e racionalizado para o seu funcionamento, por meio da exploração como justificativa para um desenvolvimento econômico e social, com a ideia de que a natureza e sociedade estão separadas. Em outro extremo a natureza responde e contribuem para este sistema, no entanto, com os resultados apresentados pelos dados geológicos e biológicos de que este modelo dualista está provocando danos irreparáveis no ambiente natural. Moore (2015) defende, portanto de que não se trata de sistemas independentes natureza e sociedade, mas trata-se de uma "*teia da vida*", onde natureza e sociedade estão nesta mesma teia, ou seja, natureza é sociedade e sociedade é natureza, são interdependentes.

Nesse sentido, Moore (2015), aponta o surgimento de um novo paradigma, o qual denominou *World-ecology*, necessário para enfrentar os desafios do século XXI. O World-ecology, propõem um novo modelo de pensamento relacional sobre capitalismo, natureza, poder e história. *"As estruturas de conhecimento da modernidade, suas relações dominantes de poder, re/produção e riqueza, seus padrões de criação de ambiente: formam um todo orgânico. Poder, produção e percepção se entrelaçam; eles não podem ser desvinculados porque são unidos, ainda que de maneira desigual e evolutiva "(*MOORE, 2015, p.3 – tradução nossa).

Por fim, Moore (2016, p.6) reconhece que o Antropoceno, soa como um alarme, mas o conceito não consegue explicar como as relações de poder se desenvolveram ao longo das mudanças, portanto, prefere denominar esta nova época como o Capitaloceno, ou seja, que as mudanças ocorreram e ocorrerão em função do capitalismo na "*web of life*", sendo que o capitalismo, para Moore não é representado apenas como um sistema econômico e social, como reconhecido pela aritmética verde; *"pelo contrário, o capitaloceno significa o capitalismo como um modo de organizar a natureza - como um wordl-ecology capitalista, situada e multiespecífica."*

4 . Estudo de caso

Realizou-se um estudo de caso sobre a empresa Alowé, com intuito de ilustrar uma das práticas organizacionais citadas por Wright (*et al*, 2018): Organizações alternativas e organizações de resistência.

O estudo foi realizado, por meio de questionário semi-estruturado; encaminhado via e-mail a proprietária da empresa Alowé. O contato se deu no mês de maio e junho de 2018. Solicitou-se à proprietária as seguintes informações: a) um breve histórico do surgimento da organização Alowé (missão, visão e valores organizacionais); b) como acontece o processo produtivo, em termos de: quantidade, acompanhamento das etapas; tempo de processamento; c) relacionamento com a cadeia de suprimentos: d) relacionamento com a natureza (sociedade/natureza); e) posicionamento "entendimento" da gestão em relação ao modelo econômico capitalista; f) posicionamento de mercado: relacionado a público-alvo, competitividade, e perspectivas de crescimento.

Breve histórico da Alowé

A Alowé localiza-se na cidade de Londrina – Paraná e de acordo com a proprietária não é uma marca de produtos, mas um movimento sobre ideias para o desenvolvimento de produtos como foco nos impactos que estes podem gerar ao seu entorno, em termos de aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ressaltando, no entanto que o aspecto econômico está relacionado ao desenvolvimento de comunidades locais, entre eles, agroflorestеiros, indígenas, artesãos, artistas. Todas as ideias da marca Alowé parte de um despertar consciente e político sobre as formas de consumo e como este afeta o meio ambiente ao seu redor. "*Podemos colaborar com o desenvolvimento local de inúmeras formas e a marca foi criada com esse intuito, de falar sobre o tema, trazer discussões sobre a produção artesanal, local, natural, orgânica. Somos seres políticos, nossas escolhas são políticas e isso está para muito além de política partidária, ainda que o apoio governamental seja fundamental para a criação de leis e políticas públicas que reconheçam e valorizem a importância de pequenos produtores para a economia."*(Fala da proprietária). Sobre o modelo de produção capitalista a Alowé busca minimizar os impactos em uma escala micro, conforme suas possibilidades para o momento. *"A ideia nunca foi crescer se isso significasse estabelecer relações de trabalho injustas com a rede de produtores que me acompanha ou desvalorizar o que faço. Há pouco tempo me contaram uma história que talvez nos ilustre o que quero dizer com isso."* (Fala da proprietária). A respeito da responsabilidade social e ambiental a Alowé segue um processo em que o que é produzido estabelece uma relação orgânica com o seu entorno, ou seja, o ecossistema em geral: matéria-prima (natureza), relações de trabalho (pessoas), buscando sempre minimizar os possíveis impactos que podem ser gerados do inicio ao fim do processo. *"Penso ser impossível pensar em um produto que não leve em conta a ecologia. Economia e ecologia tem a mesma raiz. Pensando na etimologia das duas palavras, como é possível pensarmos em administrar, gerir uma "casa", um negócio sem antes conhece- los? Ou seja, não vejo como é possível pensar em um sistema de produção e consumo sem nos responsabilizarmos pelas escolhas que fazemos enquanto marca"* (Fala da proprietária).O consumidor alvo da marca Alowé é aquele que busca ter consciência do que está "*consumindo, da origem, da rede que se organiza e que se beneficia no momento que um produto ou serviço que tenha emergido desse movimento local e artesanal é adquirido* (Fala da proprietária). Sobre as perspectivas futuras com relação a marca Alowé, a proprietária aponta que: "*Espero que ela deixe de existir enquanto uma marca que se dispõe a falar sobre a importância da produção local, artesanal, natural e orgânica, pois o meu desejo é que daqui alguns anos a gente não precise mais falar sobre isso*".

Análise reflexiva do caso

De acordo com Wright (*et al*, 2018), as organizações diferem no modo como percebem e interpretam o Antropoceno, nesse sentido, sugeriu a classificação destas estruturas organizativas em cinco dimensões: 1)Organização econômia: Business as usual; 2)Organização tecnologia: O Ecomoderno "Good Anthpocene"; 3)Organização resistência: Justiça social e mobilização climática; 4) Organização alternativa: Novos formas de organização social; 5) Organização cultura: O Antropoceno e a imaginação.

Este estudo de caso buscou identificar as características de Organização de resistência e Organização alternativa. De acordo com Wright (*et al*, 2018), as organizações de resistência, procuram por meio de mobilizações e movimentos sociais, protestarem e moverem ações ativistas contra um conjunto variado de causas, entre elas, referentes as causas ambientais e justiça social; já as organizações sociais alternativas, em geral estão relacionadas a novas formas de organização social com propósitos ligados á promoção da vida humana no que se refere ao atendimento de suas necessidades, sem intuito de acumulação. Para auxiliar

neste processo de ilustração, apoiou-se também no autores Roux-Rosier, Azambuja e Gazi (2018), que citam à exemplo de organização alternativa: a Permacultura.

Conforme Roux-Rosier, Azambuja e Gazi (2018), a ideia do Antropoceno, tem levado as organizações a pensar nas mudanças naturais ocasionadas pela relação humanidade e natureza e as transformações ecológicas e sociais que esse relacionamento demanda. Nesse sentido, os autores apontam para as performances imaginárias de possíveis alternativas na modificação da relação dicotômica homem/natureza. Para tanto, o objeto de análise dos autores foram as organizações de permacultura, uma técnica relacionada a agricultura para a produção da alimentação. Os autores, ressalta a importância na geração de alimentos que provem da área agrícola, porém chamam a atenção para os inúmeros impactos ambientais e sociais que o modelo de agricultura predominantemente focado na alta produtividade, lucratividade e fator econômico tem gerado. A Permacultura como uma forma alternativa de agricultura e organização social é definida como: "*prática holística e integrada que pode construir alternativas sustentáveis que equilibrem as necessidades da natureza com as necessidades dos seres humanos*" (PICKERILL, 2013: 100 *apud* ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018, p.555 – tradução nossa). As definições de permacultura costumam ser amplas, portanto, "*pode ser caracterizada por sua atenção consciente ao design, sua imitação de padrões ecológicos, sua pretensão de produzir recursos e seres utilizáveis em nível local e sua recuperação de práticas agroecológicas tradicionais*" (Holmgren, 2002; Mannen et al., 2012 *apud* ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018, p.555 – tradução nossa).

Contudo a amplitude da definição levou os autores a identificar três modelos organizativos que se caracterizam como permacultura: *"(a) Permacultura como um Conjunto de Práticas, (b) Permacultura como uma Filosofia de Vida Holística, e (c) Permacultura como um Movimento Social Interseccional"* (ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018, p.556 – tradução nossa).

A permacultura como um conjunto de práticas refere-se as formas de organização e condução do processo de agricultura, de tal modo que se compreenda as disposições naturais do meio ambiente, no que diz respeito as características geográficas de solo, clima, relevo, e a integração de diferentes culturas agrícolas que gerem defesa natural aos produtos cultivados, bem como a integração de diferentes espécies do ecossistema como animais, insetos, aves, etc... que contribuem para o crescimento e cultivo saudável do ecossistema em geral. Sem a inserção de meios artificiais que promovam algum tipo de aceleração ou modificação no processo natural de desenvolvimento e amadurecimento dos produtos cultivados

Como uma filosofia de vida holística, a permacultura inicia-se por meio das práticas de agricultura que passam a compreender e respeitar a ordem natural do crescimento e desenvolvimento dos alimentos, de forma integrada com os diversos seres que compõem o ecossistema passa a incluir o humano, antes tido como "separado" da natureza começa a perceber-se como parte do ecossistema natural e adota novos meios de relacionamento, convivência e sentimentos com relação aos seres não humanos.

> Dado que a permacultura "fornece princípios e ferramentas para trabalhar com os pilares sociais, econômicos, ecológicos e culturais do desenvolvimento de forma integrada, holística e sinérgica" (Pyhälä, 2013: 200), ela é consistente com uma filosofia de vida que integra indivíduos, sociedades e natureza em um todo integrado, e desta forma responde diretamente à problematização do humano dentro do conceito do Antropoceno. (ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018, p.561- tradução nossa).

Como um Movimento Social Interseccional refere-se a integração dos sistemas de permacultura à preocupações de justiça social, neste caso, busca conectar indivíduos que compartilham de queixas comuns sobre injustiça social, como por exemplo: espécies, classes, gênero, etnia, etc...Objetiva-se a construção de políticas protetoras que questionam a distribuição de poder que fornecem privilégios entre os seres. Procura-se nas pratica de permacultura promover as relações coletivas e igualitárias entre todos os seres, humanos e não humanos (ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018).

Em análise ao estudo de caso, observa-se na definição de permacultura, que uma preocupação importante refere-se ao aspecto criativo que respeita as condições naturais do meio ambiente externo, em termos de desenvolvimento de materiais de acordo com o tempo necessário para o crescimento e amadurecimento natural, neste sentido é possível fazer uma relação com o modo de produção da empresa Alowé, segundo fala da proprietária, identifica-se que sua formação em Artes revela sua influência na confecção dos produtos da organização. Cita a importância do design que representa as concepções emocionais do produtor, ao mencionar o artista plástico Henrique de Aragão, revela:*"Aos 80 anos, ele cortava chapas de ferro, moldava, recorria a diferentes ferramentas até que suas peças estivessem prontas depois de meses ou anos. Apesar de todo esforço, as peças eram finalizadas, independente do tempo que demandassem, pois ele havia concebido aquela ideia com base em sentimentos, desejos e fantasias muito pessoais que o acompanhavam" (fala da proprietária).*

Percebe-se a relação com as características da permacultura como prática ao apontar que o processo produtivo compreende e respeita o tempo natural, que existe um cuidado com a escolha dos materiais que estão disponíveis naquele momento: *"A produção da marca é resultado de um fluxo que cria objetos de acordo com as matérias primas disponíveis, com as técnicas que estão sendo desenvolvidas no atelier por um pequeno grupo que se reúne para discutir as potencialidades das matérias primas naturais, reaproveitadas."[...]" produzir para mim não poderia ser diferente, era fundamental que eu me responsabilizasse por todo o processo com tudo de bom e de ruim que essas escolhas nos impõem." (fala da proprietária)*

O desenvolvimento do processo produtivo é construído de forma coletiva com a percepção de colaboração de cada elemento do sistema: *"Cada membro tem um foco em uma ou outra técnica, mas de qualquer forma, tem liberdade para passar de estudos de raku (técnica de cerâmica) à tingimento botânico em tecido. Por se tratar de processos artesanais, é inviável uma produção em massa. As peças produzidas artesanalmente assumem cores e formas que por vezes são inusitadas"* (FALA DA PROPRIETÁRIA).

Também, observa-se forte relação das características da Alowé com a permacultura como filosofia de vida holística. Ao adotar uma relação de harmonia com o ecossistema, que integra ação e emoção ao sentir-se parte da natureza e parte da criação, ao citar a influencia da sua formação: *"a arte era capaz de nos tornar mais sensíveis, mais autônomos e que estas características podiam nos acompanhar em tudo o que criamos. Seja ao preparar a comida, ao presentear uma pessoa querida ou ao desempenhar as tarefas mais rotineiras em casa ou no trabalho."* Ao citar Henrique de Aragão, artista plástico a proprietária da Alowé afirma: *"Convivendo com ele, aprendi desde cedo a dar vazão ao que sentia e a me colocar no mundo como um indivíduo capaz de pensar, sentir, produzir de forma autônoma, sem a necessidade assentimentos ou aprovações, não por intransigência, mas por confiar no que era capaz de criar."*

E por fim, a Alowé apresenta ainda, características da permacultura como Movimento Social Interseccional, que esta preocupada com causas sociais que buscam adotar um comportamento comunitário coletivo (ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018), voltado para a promoção de justiça social e, portanto, além de uma organização com práticas de produção alternativa, também classifica-se como uma organização de resistência (Wright, *et al,* 2018), por adotar um comportamento hegemônico, participativo, coletivo e integrativo com todos os diferentes grupos que compõem a rede de colaboradores da organização:

> Aprender a respeitar os próprios processos produtivos/ criativos faz com que possamos enxergar também a importância do trabalho dos demais produtores que compõem a nossa rede de parceiros locais. Nos organizamos de acordo com a disponibilidade de cada um. Isso não significa que não existe planejamento, mas este planejamento costuma levar em conta também as outras dimensões da vida desses produtores. Muitos tem filhos em idade escolar que necessitam de tempo e de cuidados especiais; se dedicam a outras atividades etc. Assim, a cada projeto, definimos a melhor forma de parceria sem hierarquias por entendermos a importância de cada um para os processos. (FALA DA PROPRIETÁRIA)

Roux-Rosier, Amzambuja e Gazi (2018, p.563) afirmam que *"As comunidades locais de permacultura são vistas como parte de uma "rede" integrada e holística (por exemplo, Dawson, 2013), incluindo a própria Terra, e embora as práticas locais permaneçam idiossincráticas devido a dotações específicas de entrada/saída, estão todas incluídas sob uma visão holística".* Além do respeito aos indivíduos que participam da rede Alowé, ou seja, projetos produtivos colaborativos, a proprietária relatou que buscam praticar a relação de igualdade com a natureza:

> Pensar a relação entre a produção e o mundo ao redor é uma tarefa que exige constante revisão dos caminhos trilhados pela marca. A ideia é aliar saberes populares, ancestrais e a produção científica com foco em sustentabilidade. Nessa busca, me deparei com agroflorestеiros, assentados produtores rurais, indígenas e, ao mesmo tempo, com autores como Capra, Goethe, E. Schumacher, Steiner e tantos outros que me ajudaram a compreender a relação de igualdade com a natureza mencionada. (FALA DA PROPRIETÁRIA)

Contudo, os imaginários praticados, pelos diferentes tipos de permacultura embora distintos em suas características podem ser vistos como coexistentes na prática, *"partilhando o objetivo de estabelecer interação e integração entre os seres humanos e os seus companheiros planetários. Essa integração é construída através da construção de espaços, práticas e interesses compartilhados, com uma comunidade de atores ancorados em diferentes níveis organizacionais"* (cf. LAINE, 2010 *apud* ROUX-ROSIER, AZAMBUJA E GAZI, 2018, p.563;564) como ilustrado na empresa Alowé, que apresenta características de permacultura como prática de produção, e como filosofia de vida holística, ao considerar de acordo com Roux-Rosier, Azambuja e Gazi (2018, p.560) que *"O ecletismo característico da lógica espiritual da permacultura, misturando múltiplas tradições em uma espiritualidade abrangente, parece consistente com uma prática agrícola que enfatiza as interações de múltiplas espécies dentro de um espaço eclético e interativo.* E por fim, tambem foi possível ilustrar a característica relacionadas a permacultura como movimento social interseccional, ao buscar promover a participação de pequenos produtores rurais locais, de forma comunitária e integrativa, além da busca de uma relação de igualdade com o meio ambiente natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos debates sobre a crise ecológica global, cada vez mais se discute o conceito de Antropoceno, termo que resulta das combinações das palavras gregas "*anthropos*"

(humano) e "*kainos*" (novo). Ele é definido como a "*época geológica dominada pelo homem*", porque nesse intervalo da história natural é o Homem que está no controle dos ciclos biogeoquímicos do planeta (CRUTZEN, 2002). Este conceito se refere a escala global dos impactos das atividades humanas na composição e funcionamento do "Sistema-Terra" (MOORE, 2015).

O *"Zeitgeist"* do século XXI é, portanto, compreensivelmente infundido com um senso de urgência, entre cidadãos, ativistas e estudiosos. (FOSTER et al. 2010; HANSEN 2009; PARENTI 2011; KLEIN 2014). O crescimento exponencial de nossa liberdade e poder, ou seja, de nossa habilidade de transformar a natureza, é traduzida em uma limitação de nossa liberdade, incluindo a desestabilização das próprias condições de vida biológica.

Na era do Antropoceno (CRUTZEN & STOERMER, 2000; CRUTZEN, 2002), é cada vez mais reconhecido que o modo como a vida humana se organiza é ecologicamente prejudicial e coloca em risco a existência da maioria dos seres (ASSESSMENT, 2005; BARNOSKY et al., 2011, IPCC, 2014). Especialmente desde a Revolução Industrial, ou mais precisamente a invenção da máquina a vapor, a biosfera e seus ecossistemas locais sofreram mudanças radicais em termos de aumento de temperatura e redução da biodiversidade (ZALASIEWICZ et al., 2008; BARNOSKY et al., 2012).

A falta de teorização organizacional a partir de uma perspectiva ecológica foi observada pela primeira vez em meados da década de 1990, quando a relação entre as organizações e o ambiente natural atraiu a atenção acadêmica (SHRIVASTAVA, 1994; GLADWIN et al., 1995; CLAIR et al., 1996). Alguns dos primeiros estudiosos discutiram, por exemplo, a relevância das atividades organizacionais para desenvolvimentos como superpopulação e superconsumo (STARIK e RANDS, 1995), bem como as limitações de uma cosmovisão antropocêntrica ao lidar com problemas ecológicos (PURSER et al., 1995).

Há porém, alguma discussão. A edição de julho de 2018 do periódico Organization foi inteiramente dedicada a questão do Antropoceno com os artigos de Lederer e Kreuter (2018), Wissman-Weber e Levy (2018), Kalonaityte (2018), Beacham (2018) e Roux-Rosier, Azambuja e Islam (2018), além do editorial de Wright et al. (2018). Há também o artigo de Heikkurinen et al (2016) no periódico Journal of Clean Produtcion. E o livro de Hoffman e Jennings (2018) intitulado: Re-engaging with sustainability in the Anthropocene era: An institutional approach.

O que vemos a partir da ótica Wright *et al* (2018) é que as narrativas propostas para o futuro do antropoceno já estão presentes como aponta a marca Alowé, a ideia do Antropoceno, tem levado as organizações a pensar nas mudanças naturais ocasionadas pela relação humanidade e natureza e as transformações ecológicas e sociais que esse relacionamento demanda. Assim há performances imaginárias de possíveis alternativas na modificação da relação dicotômica homem/natureza.

Argumentamos que os imaginários apresentados pela Alowé, propiciam formas de organização que combinam ideias e práticas concretas, imaginando alternativas organizacionais ao promulgar novas formas de prática coletiva. Os movimentos de permacultura, por causa de sua combinação de práticas de design locais e situadas e de filosofias sociais e políticas subjacentes, fornecem um interessante caso de imaginários que possibilitam reimaginar as relações entre humanos, espécies não humanas e o ambiente natural.

Identificamos que a marca Alowé, concebe a permacultura como: uma prática de design técnico, uma filosofia de vida holística e um movimento social interseccional. Esses imaginários abrem possibilidades para alternativas políticas e sociais à agricultura industrialmente organizada, mas também correm o risco de várias formas de cooptação ideológica baseadas em suas premissas sociais subjacentes.

Discutimos nossa perspectiva em termos do desenvolvimento do conceito de um antropoceno que, em relação ao academicismo organizacional, particularmente em contextos onde as relações fundamentais entre humanos e o ambiente natural devem ser reinventadas, como no caso da organização ambientalista em resposta ao Antropoceno/Capitaloceno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?. **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014

ASSESSMENT, Millennium Ecosystem. Ecosystems and human wellbeing: the assessment series (four volumes and summary). Washington: Island, 2005.

BANERJEE, S. B. Corporate social responsibility: The good, the bad and the ugly. **Critical Sociology**, 34(1), pp. 51-79. (2008).

BARLEY, S. R.; TOLBERT, P. Institutionalization and structuration: studying the links between the action and the institution. **Organization Studies**, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BARNOSKY et al. Approaching a state shift in Earth's biosphere. **Nature**, n. 486, p. 52-58, 07 June 2012.

BARNOSKY, A. D.; MATZKE, N.; TOMIYA, S.; WOGAN, G. O. U.; SWARTZ, B.; QUENTAL, T. B.; MARSHALL, C.; MCGUIRE, J. L.; LINDSEY, E. L.; MAGUIRE, K. C.; MERSEY, B.; FERRER, R. A. Has the Earth‟s sixth mass extinction already arrived? **Nature,** v. 471, p. 51-57, 2011.

CARROLL. A. B. Corporate social responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business & society** 38 (3), 268-295

CLAIR, Judith A.; MILLIMAN, John; WHELAN, Karen S. Toward an environmentally sensitive ecophilosophy for business management. **Industrial & Environmental** Crisis Quarterly, v. 9, n. 3, p. 289-326, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

COSTA, A. **Guerra e paz no Antropoceno: uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2014.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F. Global change newsletter. **The Anthropocene,** v. 41, p. 17-18, 2000.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. **Nature**, v. 415, n. 6867, p. 23, 2002.

DAFT, R.; WEICK, K. E. Toward a model of organizations as interpretation systems. **The Academy of Management Review,** v. 9, n. 2, p. 284-295, 1984

DAHLSRUD, Alexander. How corporate social responsibility is defined: an analysis of 37 definitions. **Corporate social responsibility and environmental management**, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2008.

DAVIS, H.; TODD, H. On the Importance of a Date, or Decolonizing the Anthropocene. ACME: **An International Journal for Critical Geographies**, 2017, 16(4): p. 761-780

FLOREA, L; CHEUNG, Y.H. HERNDON, N.C. For All Good Reasons; Role of Values in Organizational Sustainability. **Journal of Business Ethics**, n.114, p.393 – 408, 2013.

FOSTER, J. B.; CLARK, B.; YORK, R. **The Ecological Rift: Capitalism's War On Earth**. New York: Monthly Review Press, 2010.

FREITAS, N. C.; MEIRA, F. B.; Sustentabilidade ou Questão Ambiental? Em defesa da Inteligibilidade do 'Campo'. V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. Curitiba-PR – Brasil. Disponível em: http://www.sisgeenco.com.br/sistema/cbeo/anais2018/ARQUIVOS-resumos/GT16-282-229-20180520231455.pdf

GLADWIN, Thomas N.; KENNELLY, James J.; KRAUSE, Tara-Shelomith. Shifting paradigms for sustainable development: Implications for management theory and research. **Academy of management Review**, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.

HANSEN, James. **Storms of my grandchildren**: The truth about the coming climate catastrophe and our last chance to save humanity. Bloomsbury Publishing USA, 2009.

HEIKKURINEN, P.; RINKINEN, J.; JARVESIVO, T.; KRISTOFFER. W; RUUSKA, T.; Organising in the Anthropocene: an ontological outline for ecocentric theorising. **Journal of Cleaner Production**. V.113 (2016) p. 705 – 714

IPCC – Intergovernmental Panel in Climate Change. Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. **Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Edited by C. B. Field et al. Cambridge/New York, Cambridge University Press/ IPCC, 2014.

KLEIN, Naomi. **This changes everything: Capitalism vs. the climate**. Simon and Schuster, 2014.

LEWIS, S. L.; MASLIN, A. M.; The Human Planet How we created the Anthropocene. A Pelican Book. 2018.

MALM, A.; HORNBORG, A. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The Anthropocene Review**, 2014, p. 1- 8.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology,** v. 83, p. 340-363, 1977.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life**: Ecology and the Accumulation of Capital. Verso Books, 2015.

MOORE, Jason et al. **Anthropocene or capitalocene?: Nature, history, and the crisis of capitalism**. Pm Press, 2016.

MOORE, W. J. Value in the web of life, or, Why world history matters to geography. **Dialogues in Human Geography** 2017, Vol. 7(3) p. 326–330, 2017.

PARENTI, Christian. Environment-making in the capitalocene. in: ALTVATER, Elmar et al. Anthropocene or capitalocene?: Nature, history, and the crisis of capitalism. Pm Press, p. 166-183, 2016.

PURSER, R.; PARK, C.; MONTOURI, A. Limits to anthropocentrism: toward an ecocentric organization paradigm? **Academy of Management Review,** v. 20, n. 4, p. 1053-1089, 1995.

ROUX-ROSIER, A.; AZAMBUJA, R.; GAZI, I. Alternative visions: Permaculture as imaginaries of the Anthropocene. **Organization** 2018, Vol. 25(4) 550 –572.

SHRIVASTAVA, P. Castrated environment: greening organizational studies. **Organization Studies**, v. 15, n. 5, p. 705-726, 1994.

STARIK, Mark. Should trees have managerial standing? Toward stakeholder status for non-human nature. **Journal of business ethics**, v. 14, n. 3, p. 207-217, 1995.

VIZEU, F; MENEGHETTI, FK; SEIFERT, RE. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape**.br, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.569-583, set. 2012.

WRIGHT, C.; NYBERG. D.; RICKARD. L.; FREUND, J.; Organizing in the Anthropocene. **Organization** 2018, Vol. 25(4) p. 455 – 471.

ZALASIEWICZ, Jan et al. Are we now living in the Anthropocene?. **Gsa Today**, v. 18, n. 2, p. 4, 2008.